

Rádios comunitárias em regiões periféricas: O caso da Transamazônica¹

Rosane STEINBRENNER²
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Em praticamente todos os municípios à beira da “pista” da BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica, no trecho em que corta o estado do Pará, as rádios comunitárias encontram-se licenciadas e em mais da metade deles constituem-se em único meio massivo de comunicação local existente – justamente nos municípios com maior índice de população residente na área rural. Isso significa dizer que as emissoras comunitárias são na atualidade o único meio local de comunicação de massa para cerca de 140 mil habitantes da região da Transamazônica, dos quais cerca de 65% em média vivem em áreas isoladas. Ou seja, constituem-se potencialmente em importante instrumento capaz de promover a reconfiguração da esfera pública nessas localidades periféricas, onde as disputas entre os atores se dão em geral de forma intensamente ainda mais desigual. A maior parte dessas emissoras surgiu a partir da segunda metade dos anos de 1990 na esteira de um dos mais combativos movimentos de organização popular em busca de protagonismo em torno do desenvolvimento regional e pioneiro no uso da comunicação como estratégia contra-hegemônica de ação política – movimento que se contrapunha ao modelo de ação imposto pela colonização dirigida promovida pelo regime militar na região na década de 1970. As emissoras vivem hoje, porém, um esvaziamento identitário e enormes dificuldades de sobrevivência diante dos ditames legais para seu funcionamento, regras que não levam em conta as peculiaridades do cenário amazônico. Apontar os principais desafios para a existência e sobrevivência dessas rádios comunitárias em espaços de mediação periférica como a região emblemática da Transamazônica é o objetivo deste breve artigo.

Palavras-chave: Rádios comunitárias, Transamazônica, mediação periférica.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a relação entre *mídia, cidadania e políticas públicas*, temática deste encontro, tendo como objeto as rádios comunitárias situadas na região da Transamazônica no trecho que corta o estado do Pará. Trata-se de uma região emblemática, por sua história e os atores nela envolvidos, para entendermos os embates, limites e possibilidades da comunicação comunitária cidadã em regiões periféricas.

As rádios comunitárias, enquanto mídia alternativa de caráter popular fazem parte da história não oficial da radiofonia mundial. São oriundas não das dinâmicas do mercado nem tampouco do Estado, mas da reação de movimentos e organizações da sociedade insatisfeita com fatores de sua realidade social, econômica e política e interessada em produzir meios próprios de comunicação para atender e difundir interesses culturais ou visibilizar lutas e bandeiras sociais. Elas são reconhecidas, de forma geral e idealmente como meios de contra-poder, de expressão

¹ Artigo apresentado no âmbito da VIII Conferência Nacional de Mídia Cidadã (GT 7) – Mídia Cidadania e Políticas Públicas. Os dados e argumentos apresentados são em grande parte fruto da pesquisa de doutoramento da autora, que resultou na tese “Rádios comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de mediação periférica” (2011), defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA).

² Professora da Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Planejamento e doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Programa de Pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônico – NAEA/UFPA. nani.steinbrenner@gmail.com

democrática e de pertencimento local (LEAL, 2007). Buscam, como afirma Peruzzo (2009) provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público. Devem assim ser entendidas, na perspectiva de Martín-Barbero (2006), como lugares de *mediação*, onde se constroem identidades, por onde circulam significados e onde se operam resistências sociais. Com potencial, portanto, para desenvolver um papel mediador na construção de novas formas de participação e de criatividade nos usos sociais da comunicação cidadã.

No Brasil, as rádios comunitárias representam um fenômeno comunicacional recente e sem precedentes no país, porém desconhecido da sociedade em geral – que as confunde com “rádios piratas”, termo pejorativo utilizado pelos grandes veículos de comunicação de massa para criminalizar o movimento – e pouco reconhecido por gestores públicos – que mantém o setor à míngua de políticas públicas. A Lei da Radiodifusão Comunitária, aprovada em 1998 (Lei 9.612/98), define como serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil a radiodifusão sonora em frequência modulada, operada em baixa potência (até 25 Wats) e cobertura restrita (1 km de raio), outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Essa definição tem, no entanto, caráter limitante, impeditivo em alguns casos, como no das rádios amazônicas que serão aqui apresentados, e reducionista³.

Em termos quantitativos não há dúvidas de seu vigor: existem atualmente espalhadas pelo país (Figura 1) mais rádios comunitárias (4.049) do que emissoras comerciais de FM⁴ (1868) ou de AM⁵ (1641), o que representa cerca de 52% da radiodifusão sonora do país. Um número subestimado que tende a ser na prática não legalizada muito maior. Estima-se que atualmente 12 mil rádios comunitárias funcionam na ilegalidade, aguardando pelo licenciamento que demora a chegar, em média, de quatro a seis anos e, no caso mais extremo, onze anos (ABRAÇO, 2010).

Outro dado importante quando se discute democratização da comunicação é o que se refere à prevalência das emissoras comunitárias em pequenos municípios no país. Dados do IBGE (2006)⁶ mostram que 63% do total de emissoras comunitárias autorizadas pelo governo estão em município com até 20 mil habitantes. Isso se deve à própria lógica do sistema privado comercial que não se interessa em investir em comunicação em áreas isoladas com baixas densidades demográficas, justamente as mais carentes de acesso à meios de informação. Isso significa dizer que no interior do

³ Segundo a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), que possui cerca de quatro mil associados em 115 países nos quatro continentes, a designação de rádios comunitárias é na prática muito mais ampla. Elas fazem parte de um movimento de radiodifusão de caráter alternativo que enfrentam um mesmo desafio: “democratizar a palavra para democratizar a sociedade” (AMARC/Brasil, 2007). O que as distingue dos meios tradicionais é o fato de serem entidades privadas de caráter público, cuja propriedade é da comunidade – comunidade não apenas territorial como prevê a lei, mas também comunidades de interesses - que buscam fazer uma gestão operacional e econômica integral, de forma coletiva e com editorabilidade independente. (PIA/AMARC, jan.2010)

⁴ Estação radiodifusora que realiza as suas emissões com modulação em frequência (FM).

⁵ Estação radiodifusora que realiza suas emissões com modulação da onda radioelétrica em amplitude (AM), podendo ser, de acordo com a faixa de frequência e comprimento da onda, em Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC) e Ondas Tropicais (OT)

⁶ Pesquisa de Informação Básicas Municipais (IBGE, 2006), em: In: MidiaCom Democracia, FNDC, n.º.7, fev.2008.

país, ainda mais fortemente em localidades amazônicas, as rádios comunitárias são, inúmeras vezes o único veículo local de comunicação.

Figura 1: Sistema de Radiodifusão sonora no Brasil por categoria de emissoras licenciadas (Minicom)

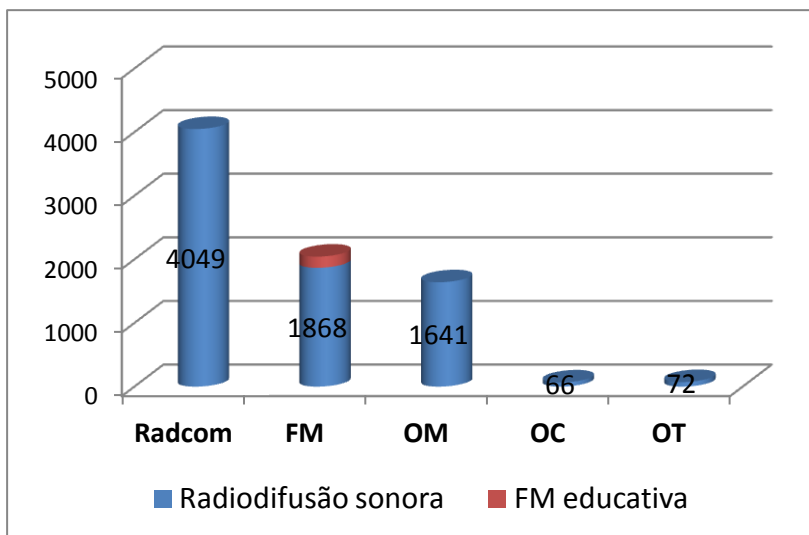


Gráfico elaborado pela autora. Fontes: Coordenadoria de Rádios Comunitárias (CORAC/Minicom, julho de 2012) e Sistema de Controle de Radiodifusão (SCR/Minicom, Maio de 2012)

Na Amazônia, cerca de 300 rádios comunitárias já foram licenciadas pelo Ministério desde a publicação da Lei de Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/98)⁷. No Pará, onde se concentra a maior parte das rádios comunitárias autorizadas da Região Norte, 102 municípios do Estado (70% do total) possuem rádios comunitárias licenciadas pelo Ministério das Comunicações, (MINICOM, Julho de 2012), sendo em que ao menos em metade deles constituem-se em único meio massivo local de informação. Na região da Transamazônica, no trecho em que a rodovia BR 230 corta o estado do Pará, esse número essa exclusividade das rádios comunitárias é ainda mais frequente, em seis dos nove municípios ao longo da “pista”, num trecho de pouco mais de 500 quilômetros entre Pacajá e Rurópolis, só existem rádios comunitárias como meios massivos de comunicação.

Entretanto, apesar da capilaridade que o sistema de radiodifusão comunitária tem na região ele enfrenta enormes dificuldades para se tornar efetivo, ou seja, grandes são os desafios que as rádios comunitárias enfrentam para de fato *comunicar*, entendendo a comunicação tanto como meio tecnológico quanto como processo social. Comunicação que, segundo o modelo de *comunicação horizontal* formulado por Beltrán⁸ (2005) ainda nos anos 70, deve conjugar como elementos centrais: o direito ao *acesso* (direito de receber

⁷ A Lei 9.612 que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária no país foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de fevereiro de 1998.

⁸ Luis Ramiro Beltrán, ao lado de Diaz Bordenave, Matellart e Paulo Freire, é um dos principais nomes da “Escola Crítica Latinoamericana”, corrente que irá influenciar as teorias e práticas de comunicação contra-hegemônica na América Latina e se contrapor ao modelo linear e mecânico de comunicação apresentado pela visão funcionalista, hegemônica nos estudos de comunicação de massa.

mensagens); *ao diálogo* (direito de receber e emitir mensagens); e à *participação* (direito de participar efetivamente dos processos de comunicação).

2. Rádios comunitárias na Transamazônica: cenário institucional e campo midiático

2.1. A região

A área identificada atualmente como região da Transamazônica, no trecho em que a rodovia corta o estado do Pará, tem uma abrangência variada conforme a referência que se leva em conta. Segundo definição do governo federal, o Território da Transamazônica – a partir da conceituação dos chamados Territórios da Cidadania, abrange uma área de cerca de 250 mil Km² e é composto por 10 municípios: Altamira, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Vitória do Xingu, Anapu, Brasil Novo, Placas, Senador José Porfírio e Uruará, a maioria constituída nos anos 80 e surgida de antigas agrovilas e agrópolis construídas pelo projeto de colonização dirigida dos militares. A população total do território nessa perspectiva é de 263.309 habitantes, dos quais 54,31% vivem na área rural, (SIT/IBGE 2007), sendo a maior parte, cerca de 27 mil famílias, formada por agricultores familiares assentados na região desde o início da colonização dirigida em 1970)

Já segundo a dinâmica da organização dos atores locais, em especial dos movimentos sociais, incluí-se nesta lista o município de Rurópolis⁹, que é marco tanto da colonização dirigida dos anos 1970 como da reação a ela e a seus efeitos. Pelo mesmo motivo que nasceu - por sua localização estratégica, na confluência da Transamazônica (BR 230) com a Cuiabá-Santarém (BR 163) - acabou se tornando a porta de entrada e palco inicial da organização sindical dos agricultores da região, movimento que influenciou a própria identidade da Transamazônica e impulsionou toda a articulação dos movimentos sociais e a formação de lideranças políticas em torno da luta contra o isolamento e o abandono da região. Um isolamento que permanece até hoje, em grande parte determinado sazonalmente pelas condições da rodovia Transamazônica, por onde circulam pessoas e produtos na região.

2.2. A estrada

A decisão de se construir a rodovia Transamazônica teve motivações variadas, porém embaladas por um estado interventor numa dimensão nunca antes experimentada. Sua construção e motivação, traz em si elementos que mais parecem arroubos literários, tamanha a megalomania que a envolvia. A obra era anunciada por seus idealizadores como uma das duas únicas obras humanas que os astronautas (*o homem acabara de chegar à Lua*) veriam do espaço na Terra (a outra era a Muralha da China). Numa verdadeira operação militar, o governo planejava abrir e pavimentar, ao todo, cerca de cinco mil quilômetros, dois terços disso em meio à floresta primária, a um custo total em torno de

⁹ Nascida Rurópolis Emílio Médici, deveria ser a primeira das 23 rurópolis - estágio mais avançado do ambicioso modelo de urbanismo rural idealizado pelos militares, mas foi a única.

hum bilhão de dólares. Atualmente, a Transamazônica cobre 4.178 quilômetros, de Porto Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas (BRASIL, Ministério dos Transportes, 2009).

Inaugurada oficialmente em setembro de 1972, a BR 230, conhecida como Rodovia Transamazônica jamais ficou pronta. Atualmente, menos da metade da rodovia que corta sete estados brasileiros (Paraíba, Ceará, Piauí, Tocantins, Maranhão, Pará e Amazonas) está pavimentada. Nos estados do Pará e Amazonas – seu trecho mais longo (1.569 e 831 quilômetros, respectivamente) e onde de fato merece seu nome de batismo - a Transamazônica continua praticamente uma estrada de chão coberta por cascalho e terra (apenas 12% do trecho paraense e menos de 1% da estrada no Amazonas estão pavimentados). Entre janeiro e junho, época das chuvas na região, torna-se intrafegável e, nos meses secos, transforma-se em pista de aventura, farta em pó e buracos.

2.3. A colonização dirigida

De 1969 a 1974, durante a implementação da colonização dirigida na região da Transamazônica - notadamente ao largo de 10 km de cada lado da BR 230 entre Altamira e Rurópolis - o governo levou para a região cerca de cinco mil famílias de pequenos produtores rurais, colonos ou “bóias-frias”, que deixaram seu lugar de origem expulsos pela concentração fundiária e mecanização do solo, resultado do modelo de desenvolvimento agrícola-exportador bancado também pelo regime militar. Vinham convencidos pela promessa de uma propaganda oficial agressiva que acenava não apenas com o acesso ao lote de terra, mas com todas as condições para as famílias viverem, educarem e cuidarem dos filhos. Depoimentos, fartos em inúmeros estudos desenvolvidos na região, deixam claro, no entanto, que para a maior parte dos migrantes as promessas não se cumpriram¹⁰. Em absoluto eles imaginavam que iriam enfrentar uma experiência homérica que mudaria tão profunda e brutalmente suas vidas e a vida na região, uma epopéia que, quatro décadas depois ainda não chegou ao fim.

O impacto nas vidas de tanta gente era justificado pelos planos do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), integrante da chamada linha dura entre os militares, que acalentava a perspectiva de um Brasil Grande, um Brasil Potência, francamente desenvolvimentista e de um nacionalismo autoritário. Como parte de sua política macroeconômica, Médici apostava no crescimento econômico não mais com base apenas na expansão dos setores industriais e

¹⁰ Basicamente, o INCRA prometia aos pioneiros da colonização dirigida na Transamazônica 100 hectares de terra com financiamento garantido para o desmate, as sementes e o plantio; salário mínimo durante seis meses até a primeira safra; preço mínimo garantido; casa modesta, mas boa para os padrões do interior da Amazônia, de madeira, com cinco cômodos, sanitário à base de fossa, água coletada de igarapé há não mais de um quilômetro da casa e um quintal com 2 hectares para uma pequena roça e horta para a família (REALIDADE, 1971). As casas seriam, em sua maioria, construídas nas Agrovilas, que integravam o primeiro estágio na hierarquia do modelo de urbanismo rural proposto. Dois anos depois de chegarem à nova terra, todos, segundo o sonho vendido pelo governo, seriam —agricultores ricos e felizes! (Entrevista do ministro Costa Cavalcanti, 1971). As condições seriam garantidas por recursos do Estado, num total previsto na época de 50 mil cruzeiros (Cr\$) por colono assentado, ou cerca de 10 mil dólares na época (MORAIS, 1974).

estratégicos, como seus antecessores, mas na expansão da fronteira agrícola e no aumento da produtividade de produtos voltados à exportação (HOUTZAGER, 2003). Nesse sentido, a constituição um projeto agrário militar era pensado como algo estratégico, tanto para as questões de integração do território e segurança nacional quanto para os rumos da política macro-econômica do governo. Para isso, propunha transferir para a Amazônia um contingente inicial de 100 mil famílias das chamadas zonas “vermelhas” do país (Zona da Mata, Agreste nordestino, Vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro e Norte do Paraná), com a expectativa de criar em pouco tempo uma nova classe de fazendeiros “modernos de porte pequeno e médio” (MOURA CAVALCANTI, Revista REALIDADE, 1970, pg. 220).

2.4. A reação ao abandono – surgem os movimentos sociais

No início dos anos 80 a Transamazônica deixou de existir para o resto do país. A transição do regime militar para a Nova República produziu uma série de incertezas e a Transamazônica não entrava na pauta de investimentos dos governos. Depois de ter sido foco de uma intensa propaganda do governo, o projeto de colonização dirigida do governo Médici caiu no esquecimento e a região ficou ainda mais isolada. A situação era de “calamidade” (MMA, 2006, p 20). Uma pesquisa sócio-econômica realizada pelos próprios atores locais da Transamazônica (organizações de trabalhadores rurais, de professores, com o apoio da igreja) iria revelar dados alarmantes: havia nove médicos para uma população de 500 mil habitantes; mais de 70% da população adulta era analfabeta ou semi-analfabeta; quase 3 mil quilômetros de estradas vicinais habitadas estava sem conservação; por falta de acesso e de assistência médica pessoas morriam no fundo das vicinais da BR 230 (MMA, 2006, p. 23).

O abandono em que a Transamazônica foi lançada com a ausência da figura do Estado após a saída dos militares, acentuou o sentido da exclusão e do não reconhecimento da região, em torno dos quais se fez a articulação e a luta política, gerando um movimento social propriamente dito. Como diz Maria da Glória Gohn “só com o movimento social o sentimento de injustiça passa a ter relevância política” (2008, p.48). Um movimento social que para lutar pela sobrevivência da Transamazônica alçou-se à dimensão regional e se tornou precursor no Pará na elaboração de um projeto de desenvolvimento de alcance global com proposições de política públicas, elaboradas por colonos, tendo a comunicação como elemento constitutivo de suas estratégias políticas (SILVA, 1996).

Assim, aquilo que era comum a todos – o isolamento e o abandono crescente por parte do poder público, claramente materializado nas condições precárias da rodovia – uniu diferentes e desiguais, gestando uma emergente identidade regional, de caráter fragmentário, como uma “colcha de retalhos” cultural, porém fortemente amalgamada por interesses comuns de “sobrevivência”. Das dinâmicas dos movimentos sociais da região, encabeçados pelo Sindicato de Trabalhadores

Rurais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a adesão de setores empresariais e o apoio de alguns prefeitos, foi criado em 1987 o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), um movimento social forte em busca de protagonismo regional.

Como forma de garantir visibilidade a uma realidade não vista pelo resto do país e, portanto, esquecida das autoridades, diversas estratégias de comunicação foram criadas como instrumento de mobilização e organização social, como a realização de eventos e ações de impacto - passeatas, os seminários, as caravanas à Brasília, os Gritos do Campo e da Terra, a produção ativa de ferramentas de divulgação e a criação de novas mídias populares, das quais as rádios comunitárias seriam herdeiras já nos meados dos anos 90, como alternativa aos grupos hegemônicos locais e regionais¹¹.

2.5. As rádios comunitárias na Transamazônica

A Transamazônica chama a atenção pelo cordão de rádios comunitárias criadas a partir da articulação dos movimentos sociais na região. Em todos os nove municípios localizados ao longo e à beira da pista da BR 230, no trecho entre Pacajá (Km 391) e Rurópolis (Km 984), incluindo aí os municípios de Anapú, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas — foram criadas rádios comunitárias a partir da segunda metade dos anos 90.

Elas surgem na esteira do intenso processo de ação comunicativa que se desenvolveu a partir dos anos 80 como elemento estratégico da luta pelo reconhecimento da situação de abandono em que se encontrava a região após o fim do projeto de colonização dirigida e pela possibilidade de grupos subalternos passarem a influir nos rumos do desenvolvimento regional. Grande parte das rádios comunitárias surge na Transamazônica já no segundo quarto dos anos de 1990, no auge do movimento nacional de rádios comunitárias, quando se consegue em Brasília, não sem concessões, a aprovação da Lei 9.612/98.

Na região, o momento era de revisão do movimento e de certa forma de refluxo em função de conjunturas internas e externas que apontavam para uma desarticulação das bases locais. O grande berço e incubador institucional dos movimentos sociais, a Igreja Católica, vivia enquanto

¹¹ Ainda nos anos 70, bem antes do final do regime militar (1985), já se articulava a organização das bases populares na região, a partir do apoio da Igreja Católica e do chamado novo sindicalismo rural, na época emergente oposição ao modelo de sindicalismo único, controlado e tutelado pelo Estado, organizado nacionalmente pelo regime militar. No início dos anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, sob comando da Corrente Sindical de Lavradores Unidos (CSLU), que articulava ou influenciava por meio das delegacias sindicais praticamente toda a Transamazônica até Altamira, era considerado uma das experiências mais sofisticadas de organização sindical no meio rural (FESTA, 1986; HOUTZAGER, 2004). Superando o isolamento da região a Corrente Sindical tornou-se, na época, uma força política regional. Participou ativamente da formação da CUT e do Partido dos Trabalhadores no Pará e em nível nacional (HOUTZAGER, 2004; HEBETTE, 2004). Também tinha como uma de suas marcas, reconhecida a nível nacional, o uso estratégico dos meios de comunicação, chegando a ser, inclusive, considerado na época como “o Sindicato (STR) mais consciente a respeito dos meios de comunicação, apropriação e uso de meios populares e alternativos Produzia, com o apoio da Federação das Agências de Assistência Social e Educacional (FASE), um jornal, O Lamparina, que circulou durante cinco anos (1978-1983) e chegou a ter uma tiragem de 3 mil exemplares; e um programa semanal de rádio (A Voz do Sindicato) na emissora católica diocesana de Santarém, além de usar recursos de audiovisual inovadores na época (FESTA, 1986).

instituição uma forte tensão interna que também afetava a região e que dizia respeito ao retorno da linha conservadora à cúpula do Vaticano, com a negação da Teologia da Libertação e banimento de seus adeptos, doutrina social que havia fermentado uma nova relação da Igreja com a realidade social de sociedades periféricas e embalado a organização popular em todo o continente latino-americano, com forte apelo e apoio à comunicação popular e comunitária. Esse recuo havia afetado também nacionalmente a relação entre Igreja e o movimento sindical rural.

Mas se o movimento de esquerda no campo em sua face corporativa estava em crise, na medida em que enfrentava dificuldades em repor suas representações e atender às novas demandas a partir da onda de criação de novos municípios com a Constituição de 1988, a sua vertente partidária estava em franco crescimento: o Partido dos Trabalhadores, que surge do mesmo movimento de apoio da base clerical, emergia nessa nova fase como o principal aliado da organização dos trabalhadores rurais. Em 1988 o PT elegeu em todo o país candidatos saídos das bases rurais. No Pará, dos 39 vereadores eleitos naquele ano, apenas dois foram na capital e 37 em municípios predominantemente rurais (HOUTZAGER, 2004, p. 202).

Essa conquista do caminho partidário, como planejado pelo movimento das esquerdas e resultado desejável do trabalho de organização empreendido pela Igreja do Povo, repercutiu num certo vácuo de lideranças na articulação das bases do movimento na região, ainda mais em regiões isoladas como no interior da Amazônia, imprimindo o que alguns autores explicam como vazio institucional devido a uma certa perda da própria “raison d’être” dos movimentos sociais.

No contexto local, divergências na condução e na definição de prioridades da agenda do movimento, em especial em torno do discurso ambiental - tem início nessa época a luta contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e pela preservação das áreas indígenas que seriam as mais afetadas - também irão contribuir para distanciar os dois atores mais importantes até então na articulação popular na Transamazônica, Igreja Católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo explica Santos Souza (2006, p.127), “o povo da Transamazônica não se sentia parte dessa ‘Amazônia que precisava ser protegida’”, da qual falavam as ONGs ambientalistas apoiadas pela Igreja Católica, a partir principalmente do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1988, considerado o marco inicial do debate ecológico na Amazônia. A base de colonos da região se via frequentemente preocupada com demandas sociais nunca atendidas.

As rádios comunitárias surgem na Transamazônica a partir da articulação partidária dos movimentos sociais¹². O que não deixa de ser uma característica que se dá também em todo o país em função da rearticulação dos espaços políticos não apenas nas áreas rurais mas também urbanas. Naquele momento, terceiro quarto dos anos de 1990, os movimentos sociais apoiados pela crescente

¹² Também em Belém, o movimento pela criação de emissoras comunitárias tem na primeira gestão do prefeito do PT (1996-1999) seu principal articulador, que defendia a criação de uma radcom em cada bairro da capital.

ala de esquerda no parlamento pressionavam pela regulamentação das rádios comunitárias como bandeira central pela democratização da comunicação (BOLAÑO, 2007). Contribuir para a articulação e organização popular e, ao mesmo tempo, promover alternativas para o controle sobre o agendamento público imposto pelos meios de comunicação tradicionais eram as intenções do movimento nacional. Esse também era o intuito dos movimentos sociais na Transamazônica, onde o isolamento, o abandono, os conflitos e a violência na região se agravavam pelo silenciamento sobre a região.

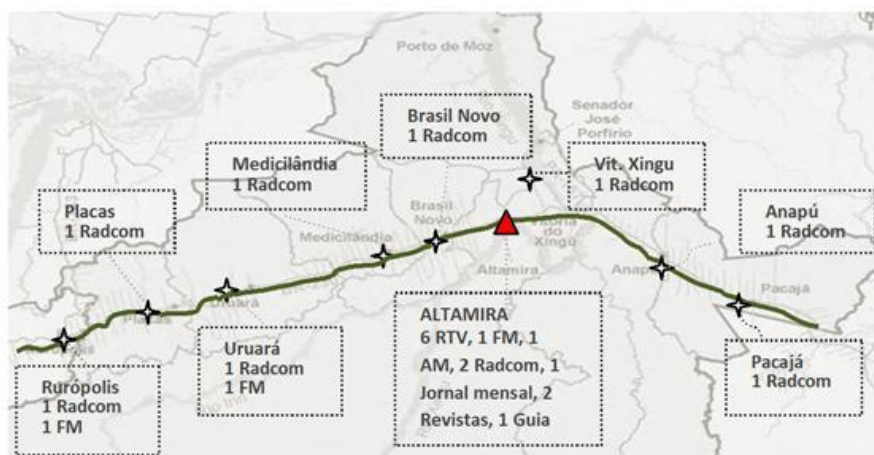
No prazo de dois anos sete emissoras foram colocadas no ar pelos movimentos sociais: Uruará (1997), Rurópolis (1997), Altamira (1998), Brasil Novo (1998), Medicilândia (1998), Pacajá (1999) e Anapú (1999). No ano seguinte seria instalada a emissora de Vitória do Xingu, município já á beira do Rio Xingu, muito próximo do leito da rodovia. Mais recentemente, duas outras emissoras foram criadas, uma segunda em Medicilândia, no Distrito União da Floresta, Km 120 (2003) e outra em Placas (2004), último município a ser emancipado na região¹³.

Como na fase da implantação das primeiras radcom na região ainda não existia regulamentação do setor, algumas emissoras adquiriram transmissores de 100 watts de potência. Nessa época viveram o auge de sua audiência, conseguindo atingir as colônias rurais e os moradores mais distantes nos travessões da BR 230. Este foi o caso da primeira fase da emissora de Altamira, de Medicilândia e Brasil Novo. Ou na região do Xingu, puderam levar informação e integrar comunidades ribeirinhas distantes numa época crucial de mobilização da população pela demarcação de reservas ambientais, o caso das emissoras de Porto de Moz e de Gurupá. Muitas conseguiram também funcionar de forma auto-sustentada em função do consequente maior volume de patrocinadores.

Com a fiscalização da Anatel e o aumento da truculência nas ações, as emissoras foram obrigadas a trocar seus transmissores para 25 watts como impõe a lei. Isso implicou, porém, numa profunda crise, não apenas operacional mas também de participação. Com o sinal bastante reduzido, as emissoras não chegavam mais aos ouvintes mais distantes, justamente aqueles que mais dependiam da rádio comunitária como meio de interligação em situações de urgência (recados para parentes, casos de saúde, aviso de reunião do sindicato, da associação ou cooperativa etc.). Mesmo nas áreas urbanas, muita gente passou a reclamar da qualidade do sinal recebido. Com isso as rádios comunitárias perderam força política entre as organizações que participam das emissoras, grande parte delas com suas bases na zona rural. Na perspectiva do movimento regional na Transamazônica, as rádios comunitárias com alcance restrito a um quilômetro de raio, conforme determinado em lei, deixava de ser interessante do ponto de vista estratégico da organização e seu público-alvo.

Tais exigências legais acabam por gerar um paradoxo na região. Em seis dos nove municípios ao longo da Transamazônica, não existe nenhum outro veículo de comunicação de massa instalado a não ser a emissora comunitária, ou seja, nesses municípios o único meio local de comunicação com potencialidade para produzir informação sobre a realidade do lugar, promover a cultura local, gerar interação e abrir espaço para as manifestações da comunidade local são as rádios comunitárias. Esses municípios são justamente os que apresentam o maior percentual de seus habitantes nas áreas rurais, isolados muitos meses ao longo do ano nos períodos de chuvas¹⁴ pelas condições precárias de acesso e onde em geral se carece de rede de energia elétrica¹⁴.

Figura 2: Rádios comunitárias e o campo midiático da Transamazônica



Fonte: Anatel/ SRD (2010) e dados de campo (2009). Elaborado pela autora.

Isso significa que nas áreas rurais, onde apesar da tendência crescente de urbanização ainda se concentra a maior parte da população dos municípios da Transamazônica (61,3%), o único meio de comunicação de massa pelo qual a população do interior ainda é capaz de receber notícias é o rádio de pilha, que prescinde de energia elétrica. No caso em questão, porém, os aparelhos de rádio nas localidades mais isoladas finda por transmitir não a programação de rádios comunitárias - único veículo existente em cerca de 70% dos municípios da região, a não ser que estas burlem a lei – mas sim emissoras de longo alcance (Ondas Tropicais e Ondas Curtas).

2.6. Concluindo

A obrigatoriedade (Art. 1º da Lei 9.612/98) da operação em baixa potência (25 wats) com alcance restrito (1 km de raio) torna as rádios comunitárias instaladas em territórios isolados e de população rarefeita quase uma peça de ficção. Operar nessas condições, conforme exige a lei, torna-se um grave impedimento para que as emissoras atinjam justamente o público que se encontra mais

¹⁴De forma geral, segundo informações da Secretaria estadual da Agricultura (SAGRI-XINGÚ), apenas 35% da área rural dos municípios da região possuía energia elétrica ao final de 2008. A exceção era Brasil Novo, onde 95% do município já tinha cobertura de energia elétrica.

excluído do acesso à comunicação por residir em localidades distantes, em geral nas áreas rurais, onde inúmeras vezes as emissoras constituem-se no único meio local de comunicação, na medida em que tais locais não interessam comercialmente ao setor privado. Essas populações ficam assim, duplamente penalizadas, pois moram em lugares onde a comunicação assim como a saúde, o transporte, a educação de qualidade - direitos fundamentais do cidadão - não é acessível sequer como bem mercantil. Afinal, como diz Milton Santos (2001), o lugar onde se mora no mundo contingencia escolhas, na medida em que as possibilidades de acesso definem o aporte a recursos, bens e serviços. Sendo assim, —morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza! (SANTOS, 2001, p. 139), e não apenas a pobreza econômica, mas a exclusão do acesso à informação, que leva à penúria intelectual, social e cívica.

O fato das rádios comunitárias estarem impedidas por força da lei (Art. 16) de formarem redes é outro grave dos contra-sensos impostos por uma legislação que não leva em conta as particularidades regionais. Criar uma rede de comunicação regional faz parte da própria origem das rádios comunitárias na Transamazônica, que nascem a partir de um movimento de organização popular ao redor de problemas e reivindicações comuns a toda a região. Ao proibir que as rádios comunitárias estabeleçam mecanismos permanentes ou episódicos de integração de seus esforços de produção e/ou transmissão de informação e notícias, a lei impede a articulação entre demandas afins ou temas de interesse comuns aos movimentos sociais e à população daquela região. Tal impedimento finda por secundarizar as rádios comunitárias como meio estratégico para a comunicação regional e dessa maneira lhes desagrega valor, enfraquecendo conseqüentemente sua posição junto aos movimentos que lhe deram origem e a ela se vinculam e, assim tornando-as mais vulneráveis à lógica privada que na atualidade lhes sustenta.

O modelo estipulado pela Lei 9.612/98 de sustentação financeira (Art. 18) e a ausência de políticas públicas de financiamento para o setor é por fim outro exemplo das artimanhas de um processo de institucionalização de um setor público que no fundo se coloca em defesa dos interesses privados.

A despeito, porém, de todas as pressões e desafios, o movimento das rádios comunitárias da Transamazônica mostra-se bastante estável, ao contrário do que normalmente acontece em outras regiões. Diante das ações de fiscalização é comum que as rádios não se mantenham funcionando. Isso talvez se explique pelo lastro que os movimentos sociais significam para os militantes das rádios comunitárias. Nos municípios da região, quem participa das radcom normalmente já faz parte de outras, por vezes várias, organizações populares. As rádios comunitárias são efetivamente parte de uma luta, de um processo que tem mais de três décadas. Essas redes e esse lastro de experiência e tradição em reagir às condições insatisfatórias, parecem ser capazes de sustentar uma identidade prévia que as distingue das demais rádios comunitárias de outras regiões, por seu vínculo original

com o movimento social da Transamazônica. Uma identidade coletiva que enfrenta, no entanto, grandes desafios para ser colocada em prática.

Bibliografia

- ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. <http://www.abraconacional.org/>
- AMARC. Associação Mundial de Rádios Comunitárias. <http://www.amarc.org/>. Acesso em: 12.ago.2010.
- BELTRÁN S., Luis Ramiro. **La Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo**. In: CONGRESO PANAMERICANO DE LA COMUNICACIÓN, 3., 2005, Buenos Aires. **Anais...**Buenos Aires, Julho 12-16, 2005.
- BRASIL. **Ministério das Comunicações**. Coordenadoria de Rádios Comunitárias (CORAC). Relação de Rádios Comunitárias com licença definitiva e com licença provisória. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/licenciamento> . Acesso em: 09 de julho de 2012.
- _____. **Ministério das Comunicações**. Radiodifusão Comercial no Brasil. Sistema de Controle de Radiodifusão. Relação de emissoras com licença definitiva e com licença provisória. Dados de 03 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.mc.gov.br> Acesso em: 09 de agosto de 2012.
- _____. **Ministério dos Transportes**: Banco de Informações e Mapas dos Transportes. DNIT , 2009. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230.jpg>. Acesso em: 25 jul. 2010.
- BRASIL, MMA. Ministério do Meio Ambiente. **FVPP: A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu**. PDA/PPG7. Brasília: MMA, 2006
- FESTA, Regina. **Comunicação na Selva Amazônia**. In: Intercom Revista Brasileira de Comunicação. Ano IX, n. 54, Jan-Jun, 1986. p. 5-29. GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HÉBETTE, Jean. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola Paraense: O Caso da Transamazônica. In: **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v.4.
- HOUTZAGER, Peter. **Os Últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.
- LEAL, Sayonara. Radiodifusão Comunitária n Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: RAMOS, Murilo Cesar; SANTOS, Suzy (Org.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus; 2007. p.377-404.
- MORAIS, Fernando. O sonho da Transamazônica acabou (1974) In: **Cem quilos de ouro** (e outras histórias de um repórter). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PERUZZO, Cecília M. K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio: Néstor García Canclini. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- MIDIACOM DEMOCRACIA. Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). **Por trás dos números sobre rádios comunitárias**, nº 7, Fev. 2008.
- REALIDADE, Revista. Ano 6, n. 67, Editora Abril. Outubro de 1971.
- SANTOS SOUZA , Ana Paula. **O Desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discursos e muitas vozes**. 2006, 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2006.
- SILVA, Raimunda Nonato Monteiro da. **Informação e redes de interação no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica**. Belém, 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.
- STEINBRENNER, Rosane e HURTIENNE, Thomas. Mídia Alternativa para um desenvolvimento alternativo na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “AMAZÔNIA, FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO”, 2008. **Anais...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2008a.